

## **Comunicação Pública, Extensão e Interculturalidade: Caminhos Possíveis para a Transformação Social<sup>1</sup>**

Juliana Marques BORGHI<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

### **Resumo**

O seguinte artigo traz uma abordagem que contempla os resultados alcançados de uma pesquisa de mestrado, finalizada em 2022. A temática envolve três eixos teóricos que guiam o trabalho: extensão universitária, interculturalidade e comunicação pública. A relação, na prática, entre estes conceitos, trouxeram reflexões pertinentes a respeito de ações desenvolvidas em instituições públicas, e possibilidades para reconstruir a sociedade, sob o ponto de vista da decolonialidade e da inclusão da diversidade cultural. A pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Paraná, pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, de modo a contemplar a aproximação empírica de dois projetos de extensão. A trilha metodológica focou em aspectos qualitativos e exploratórios, embasados em um levantamento bibliográfico condizente com a proposta.

**Palavras-chave:** comunicação pública; extensão; interculturalidade; diálogo; transformação social.

### **Introdução**

A pesquisa contemplada neste artigo aborda uma temática que trata das interfaces entre comunicação pública, extensão universitária e interculturalidade. Compreende-se pertinente analisar elementos que possam contribuir para a construção de processos que valorizem os conceitos expostos, relacionando-o aos contextos institucionais, educacionais e socioculturais. Desta forma, foram incorporadas as percepções dos atores sociais participantes de dois projetos de extensão do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal do Paraná (IFPR), a respeito de ações educacionais envolvendo o conceito da comunicação pública. Foi contextualizada tais realidades sociais, destacando o diálogo como elemento construtor de práticas democráticas e inclusivas, por meio da extensão universitária, com foco em contextos culturais que pudessem ser potencializados a partir destes olhares.

Como premissa o estudo, a comunicação pública foi interpretada como ação dialógica (horizontalizada, inclusiva e coletiva), que pode contribuir para o enriquecimento de ambientes institucionais que explorem discussões a respeito das

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT Comunicação Comunitária, Popular e Alternativa do PENSACOM BRASIL 2022.

<sup>2</sup> Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM-UFPR), email: juliana.marques@ufpr.br.

culturas afro-brasileiras e indígenas. Estes encontros, pelo caminho da extensão universitária, poderiam propiciar maior conscientização e transformação social, protagonizando o envolvimento dos atores em temáticas, como a discriminação e o preconceito racial socialmente hierarquizado.

Os resultados da pesquisa apontaram elementos considerados fundamentais em relação às viabilidades de reconstruções a partir de ações comunicativas e dialógicas, na realidade das instituições públicas de ensino, em relação ao processo de consciência crítica dos atores sociais, de modo coletivo e representativo.

### **A Extensão enquanto ação transformadora**

O conceito da extensão tem passado por interpretações diversas, e muitas vezes, equivocadas, de modo a ser exposto, como um apêndice secundário, pontual e assistencialista.

Compreende-se que, de algumas décadas mais recentes, o conceito pode ser refletido com mais criticidade, de forma a identificar suas potencialidades enquanto processo que pode vir a resultar em transformações sociais e culturas significativas. Essa relação dialética surge o princípio da validade do conhecimento como fonte de transformação da realidade: “conhecer para transformar” (GAMBOA, 2007).

No ambiente universitário, a extensão começa a despertar interesses das comunidades acadêmicas, repensando a participação de docentes e estudantes. Desde a discussão a respeito da inclusão da extensão enquanto prática obrigatória nas grades e planos de ensino, até uma maior amplitude no sentido de incentivar ações e práticas que aproximem as instituições de suas comunidades, em relação ao protagonismo dos atores sociais.

Vários planejamentos e propostas têm acontecido em ambientes, contextos e áreas plurais e diversas, como as socioculturais, em destaque. O intuito é promover o caráter extensionista enquanto fundamental para enriquecer práticas dialógicas, trocas de experiências e valorização do contexto popular, no longo prazo. A ação universitária pode ser interpretada enquanto um processo que se alinha à relação social. Milton Santos (2004) previa que a extensão teria um significado especial num futuro próximo, com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes. Para o autor, essa transformação na extensão atribui “às Universidades uma participação ativa na

construção da coesão social (...) na defesa da diversidade cultural” (SANTOS, 2004, p.53-54).

Todo o processo que vem sendo diagnosticado e construído em torno da extensão, trata-se de uma temática que possibilita novas interpretações e reflexões sobre como manter sua representatividade, assim como em incentivar discussões que integrem a educação ao pertencimento e conhecimento popular.

### **A urgência da temática intercultural**

Trabalhar propostas que destaquem as culturas populares no Brasil torna-se um desafio, a medida em que o preconceito racial segue estruturado e hierarquizado em sua sociedade. Refletir práticas interculturais significa reconstruir um ambiente marcado pelo contexto colonizador europeu, que espelha por sua vez, a exclusão e discriminação de grupos considerados minorias, como indígenas e negros.

Assim como a extensão e a comunicação pública, o conceito de interculturalidade deriva deste mesmo contexto eurocêntrico, em uma tentativa de estabelecimento entre culturais mais e menos desenvolvidas, ao longo da história. Os indígenas, seriam um dos povos que, teoricamente, representariam uma cultura inferior.

Vertentes de estudos da antropologia mostraram este processo de negação da diversidade, processo que culminou com o massacre físico e moral de muitas populações de nativos, desde 1500 (século XVI).

O desenvolvimento do conceito de cultura, somente a partir do século XIX traz reflexões sobre possíveis interpretações a respeito da interculturalidade. Refere-se a uma visão crítica destas concepções, por meio de perspectivas sociais de participação, além da dimensão pedagógica, mas de problematizações políticas da educação, como aponta Sartorello (2016).

Repensar propostas e políticas institucionais, neste contexto, torna-se um caminho viável, apesar de toda sua complexidade, que pode vir a movimentar a sociedade, por meio da educação, para construir fluxos de comunicação que abram espaços para os debates, diálogos e para a inclusão social, no longo prazo. Para tanto, a interculturalidade proposta implica uma visão crítica sobre a interpretação de um viés estatizado e despolitizado, que de acordo com Walsh (2010), não transforma o racismo estrutural, ocidental e colonial, representado institucionalmente por grupos que possuem

o mesmo interesse da exploração e da submissão em relação aos povos indígenas e afrodescendentes.

A reflexão sobre o debate intercultural implica não apenas no comprometimento das universidades públicas, portanto, mas em ações que envolvam suas comunidades internas e externas. Fleuri (2003) destaca, a exemplo, que as mudanças sobre os parâmetros dos Currículos Nacionais, a partir do Ministério da Educação (2004) têm contemplado a pluralidade cultural, a multiculturalidade e as perspectivas interculturais.

Propostas de inclusão da temática intercultural, no desenvolvimento de pesquisas qualitativas, tendem a fomentar reflexões pertinentes e urgentes que desconstruam paradigmas impostos pelo sistema histórico e econômico da América Latina, e em especial, do Brasil.

Compreende-se, pois, que a relação deste processo tende a potencializar e ampliar esta discussão junto à sociedade, de modo gradativo e constante. A educação, eixo fundamental para esta transformação pode indicar mudanças significativas.

### **Comunicação Pública enquanto prática que incentiva a reflexão social**

A reflexão a respeito da comunicação pública envolve, além de uma perspectiva histórica, uma abordagem sobre a construção de seu conceito, em especial nas últimas décadas.

Na teoria, a comunicação enquanto espaço de representatividade do coletivo, do público enquanto protagonismo dos atores sociais vem significando e contribuindo para o desenvolvimento de ações que contemplem o diálogo a respeito de temas complexos e de interesse social.

Assim como a extensão, e a interculturalidade, perspectivas sobre a comunicação tem se relacionado a discussões mais aprofundadas, tanto teórica quanto empiricamente, de modo a melhor explorar seu potencial, em ambientes plurais.

Quando refletida junto às possibilidades de práticas educacionais, os caminhos começam a ser tratados por seu reconhecimento, a priori, e da contextualização de alternativas que integrem a ação comunicativa à extensão universitária, nesta proposta. O movimento é para despertar o interesse público, como destaca Koçouski (2013, p. 92): “a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender

o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade”. Por meio da mobilização e debates relacionados à coletividade, a promoção da cidadania busca melhorias, entendimentos, consensos (KOÇOUSKI, 2013).

A comunicação, neste sentido, pode vir a contribuir para novos olhares e posicionamentos quanto propicia trocas de conhecimentos e saberes de forma contínua. No ambiente acadêmico, o conceito da comunicação pública da ciência, por meio de autores como Castelfranchi (2008) e Massarani (2010), em complementaridade, vem reforçando uma aproximação progressiva das instituições públicas de ensino junto à sociedade, comunidades e saberes populares.

Refletir a respeito da comunicação, neste sentido, enquanto possibilidade de repensar a educação, e a relação de espaços e interesses públicos contribui para a conscientização, e avanços significativos de modo mais inclusivo e crítico.

### **Projetos de Extensão – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (IFPR)**

Representando a rede tecnológica, o Instituto Federal do Paraná (IFPR) foi implantado em 2008. A Lei nº 11.892/2008 estabeleceu a oferta de uma educação profissional e técnica, por meio de cursos integrados aos estudantes do ensino médio, juntamente aos componentes da grade curricular, durante todo o período de formação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO).

Planejamentos institucionais vêm trazendo o tema da extensão junto à comunidade acadêmica e externa ao IFPR. A implementação da curricularização da extensão<sup>3</sup>, por meio da Comissão de Curricularização da Extensão (CCE) de acordo com a Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018<sup>4</sup>, pode ser considerado um exemplo deste processo. Este documento “prevê a obrigatoriedade de no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (IFPR, 2021).

---

<sup>3</sup>Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/comissoes/comissao-de-curricularizacao-da-extensao/>. Acesso em: 30. ago. 2021.

<sup>4</sup>Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/instrucao-normativa-regulamenta-a-implementacao-da-curricularizacao-da-extensao-no-ifpr/>. Acesso em: 30. ago. 2021.

A CCE é coordenada pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPI) e pela Pró-Reitoria de Ensino (PROENS). Conforme o Artigo 6º da Lei nº 11892/08, a PROEPPI tem por finalidades e características, entre outros: “VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2018, p.158).

Além da preocupação com o desenvolvimento e representatividade da extensão dentro da Instituição, o IFPR vem propondo ações e práticas que envolvam a comunidade interna e externa, a exemplo da formalização do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI).

O NEABI, tem se fortalecido nos últimos anos, impulsionado pelas leis nº 10.639/2003 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais) e nº 11.645/2008 (Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena), propostas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), contemplando a cultura indígena às suas ações.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) é possível verificar algumas universidades públicas do Brasil que possuem o NEABI<sup>5</sup>. Entre universidades, institutos federais e outras instituições públicas, o Núcleo articula suas ações por meio de uma comunicação aberta aos diversos públicos e comunidades.

Entre as atividades do NEABI estão projetos de ensino, pesquisa e extensão, além de ações que incentivam o diálogo social e democrático, junto a eventos e parcerias diversas.

Os dois projetos de extensão que foram analisados na pesquisa contemplam características comuns e complementares, em relação às temáticas afro-brasileiras e indígenas. Formalizado em 2015, o projeto de extensão “Capoeirando no IFPR: saberes e práticas de um patrimônio cultural do Brasil e da humanidade” é desenvolvido em Curitiba. Ligado institucionalmente ao NEABI, por meio da capoeira, o projeto desenvolve ações que contemplam o patrimônio cultural, histórico e natural das raízes africanas e brasileiras.

---

<sup>5</sup>Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/links/10-menu-principal/80-nucleos-de-estudos-afro-brasileiros-neabi>>. Acesso em: 30. Ago. 2021.

Como destacado em evento institucional do IFPR,<sup>6</sup> “esse projeto de extensão trouxe muitos saberes sobre a cultura afro-brasileira, além de ser muito importante para uma boa formação integral, aliando os conhecimentos técnicos e profissionais para o mundo do trabalho com a formação humana e cidadã” (SILVA, SILVA, NAVARRO, MELLINGER, 2019, p.37).

O Núcleo de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais (NUPOVOS), ligado institucionalmente ao PIDH (Programa Institucional de Educação em Direitos Humanos) e ao NEABI, foi oficializado em 2016. Deste projeto de extensão, participam estudantes, grupos Indígenas e demais representantes de comunidades tradicionais da região. A proposta central é desenvolver o contato com populações indígenas, entre pescadores artesanais, faxinalenses, quilombolas, entre outras comunidades. Com a educação popular, o grupo se movimenta de acordo com as demandas das populações atendidas, no que se refere à necessidade de fortalecimento e estratégias de enfrentamento sobre conflitos territoriais, e valorização de suas respectivas culturas.

Os encontros são abertos à comunidade externa, com grupos assistidos que contemplam a conexão de saberes práticos. Existem também espaços de oficinas de formação em direitos étnicos e coletivos, com apoio a povos e comunidades tradicionais do Sul do Brasil. Os objetivos do projeto<sup>7</sup> são destacados a seguir, de acordo com Souza e Borges (2017).

A aproximação dos projetos, neste sentido, permitiu compreender por meio de seu desenvolvimento, seus objetivos, propostas e modus operandi, de modo a relacionar os eixos teóricos abordados nesta pesquisa.

### **Análise e breve discussão**

Para trazer algumas contribuições a respeito da pesquisa, por meio dos resultados alcançados, será citada, de modo rápido, a trilha metodológica realizada, pois foi essencial para alcançar pontos relevantes para a reflexão da temática.

Desenvolveu-se, para tanto, uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Entre os procedimentos metodológicos que foram adotados, são destacados:

---

<sup>6</sup> Disponível em: < <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/11/Anais-JoCif-e-IFTech-2019.pdf>>. Acesso em: 20. agosto. 2020.

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/187765572.pdf>>. Acesso em: 20. agosto. 2020.

**IX PENSACOM BRASIL – 07 e 08 de dezembro de 2022**

---

revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação sistemática, survey com participantes dos dois projetos de extensão, e entrevistas em profundidade com coordenadores, e semiestruturadas com os demais integrantes selecionados a partir da aplicação do survey. Os dados coletados pelas entrevistas foram estudados por meio da Análise de Conteúdo.

Os operadores teóricos desta pesquisa foram divididos em três eixos: comunicação pública (Zemor, 1995; Brandão, 2006; Castelfranchi, 2008, Duarte, 2009; Matos, 2011; Weber, 2017), extensão universitária (Schmitz, 1984; Gurgel, 1986; Silva, 2000; Santos, 2004; Martins, 2008; Freire, 2017); e interculturalidade (Collet, 2001; Candau, 2008; Walsh, 2010; Paladino; Czarny, 2012; Fleuri, 2017).

A partir da pesquisa do Estado da Arte, e da revisão bibliográfica, foi possível identificar que conceitos relacionados à comunicação pública, à extensão universitária e à interculturalidade, seguem em discussão de maneira complementar. Observou-se que, a última década, em especial, propiciou mais pesquisas afins e multidisciplinares, além de explorar o diálogo, a democracia e o protagonismo social na construção destas vertentes, em contextos da educação nacional.

Quanto às etapas da pesquisa documental e observação sistemática foi possível uma aproximação do registro das atividades desenvolvidas pelos dois projetos, e da forma como tais ações foram divulgadas em contato com os públicos diversos. Ambos projetos ressaltaram o diálogo e a reflexão social como um processo recíproco de interação que tende a fortalecer os relacionamentos pessoais e institucionais.

O *survey* foi um modo de levantar informações consideradas relevantes a respeito dos participantes dos projetos, incluindo estudantes, coordenadores e comunidade externa. Trouxe dados significativos para traçar o perfil dos atores sociais, no formato quanti-qualitativo, melhor aprofundado na etapa seguinte.

Na sexta etapa da pesquisa, foram realizadas entrevistas com os coordenadores e participantes (discentes e membros da comunidade externa). Nesta última etapa, as entrevistas realizadas foram classificadas em três categorias: Extensão universitária, Interculturalidade e Comunicação Pública.

Na categoria “extensão universitária”, os entrevistados disseram considerar práticas extensionistas como essenciais para demonstrar o comprometimento institucional e abrir possibilidades para a troca de conhecimento. As experiências

vivenciadas nos projetos foram citadas nas entrevistas, bem como as percepções sobre as diversas interações entre os participantes de cada projeto. Para o coordenador do projeto NUPOVOS, o professor Roberto Souza (2021), é necessário pensar e investir em políticas de inclusão social. Por isso, para ele, a extensão é uma forma de democratizar o conhecimento pela educação decolonial. O IFPR, enfatiza o coordenador, modela sua identidade ao acolher a diversidade e desejar a inclusão cultural por meio da extensão.

Em relação à categoria que propôs contextualizar o processo intercultural, os atores sociais relataram em suas opiniões a relevância de discussão sobre as culturas diversas e aspectos plurais nos projetos. Para os entrevistados, essas atividades contribuem para aumentar a criticidade e a conscientização social sobre questões que envolvem o racismo estrutural, a desigualdade e a discriminação em relação aos negros e aos indígenas. Aqui, destacamos o depoimento de um dos participantes do projeto “Capoeirando”:

O projeto sempre acaba trazendo a valorização da histórica da cultura afro-brasileira por meio da capoeira. (...) por meio de incentivos, as pessoas vão compreendendo outras perspectivas. Até que ponto a capoeira representa e como representa esta história. A troca é incrível, neste sentido. A roda de capoeira, por exemplo, nos permite isso. As pessoas interagem nestes momentos, aprendendo e pensando sobre muitas coisas relacionadas a esta temática (entrevistado 1, 2021, em relato à BORGHI).

É o que também relata outra participante, sobre possibilidades do “descobrir” e valorizar a conscientização social na construção deste caminho, em suas vivências também pelo projeto que divulga a cultura afro-brasileira pelo viés da representatividade da capoeira:

Eu conheci mais a história dos povos negros. (...) Pessoalmente, me sinto mais engajada com a luta antirracista. Mais consciente. [Agora] quando alguém faz comentários racistas, eu passo a me posicionar, e não apenas ficar quieta diante deste tipo de situação, sabe!? Então, digo o quanto isso é errado. Eu me tornei mais crítica quanto a isso. O que foi ótimo para mim (entrevistada 2, 2021, em relato à BORGHI).

Essa percepção nos faz retomar Mendes (2004), que demonstra que a interculturalidade pode ser vista como um esforço, um movimento que exige comprometimento, respeito e ações integradoras em conjunto social, com alusão direta à diversidade cultural. É uma relação que se consolida nas trocas e nas experiências

partilhadas, na promoção e cooperação entre a sociedade, para construção de novos significados.

Sobre a categoria que se refere ao entendimento sobre a comunicação pública, as discussões do tipo via de mão-dupla são valorizadas. Para o coordenador do NUPOVOS, a mesma abertura ocorre de forma orgânica junto às comunidades indígenas:

No caso dos indígenas, eu não tinha ideia do que era o PENEGATI, que é a Política Nacional de Gestão das Terras Indígenas. Eu tive que aprender, então se você perguntar se eu fui lá ensinar para eles, eu tive que aprender porque eu não sou um conhecedor desta questão, mas eu tenho facilidade de comunicação, e consegui elaborar uma proposta política para gente montar um plano de gestão territorial. Na essência é o tripé que a gente sempre proclama na Universidade, porque a pesquisa é o processo de prospecção deste conhecimento, então vamos refletir sobre estas experiências, então eu não tô levando, nem tirando. E o ensino é a organização deste conhecimento todo. E a partir daí como que o grupo entende isso, como vamos nos organizar para dar conta desta tarefa. Existe muita intimidade neste processo educativo, é uma questão que ultrapassa a ideia de você ser conteudista, aulista. Eu vou lá assim com uma vontade de saber mais, e eles com esta mesma vontade. Esse é o processo (R.S., 2021, em relato à BORGHI).

O projeto “Capoeirando” traz uma perspectiva de educação de Paulo Freire, a medida em que realiza encontros com as comunidades, no sentido de refletir a respeito das culturas afro-brasileiras, por meio da prática da capoeira. Os integrantes dialogam sobre a história, o processo colonialista, as representatividades e simbologias da capoeira, enquanto um movimento de resistência e riqueza da construção dos negros no Brasil.

Em sequência, o Núcleo dos povos indígenas, também contempla conceitos valorizados por Freire, como: as experiências compartilhadas, e a comunicação como processo de transformação social. Potencializa, assim, as culturas dos povos tradicionais formadores da identidade nacional, no sentido de aproximar a sociedade e reconstruir os valores indígenas, no longo prazo. A aproximação, durante o desenvolvimento da pesquisa, dos participantes dos projetos de extensão demonstrou, na prática, o que se refere não apenas à relevância das trocas de experiências e vivências compartilhadas; mas em especial, quanto à desconstrução de um processo colonialista histórico em relação à diversidade cultural brasileira.

## **Considerações**

Pode-se considerar que o desenvolvimento da pesquisa trouxe contribuições qualitativas significativas para a reflexão a respeito da relação entre a comunicação dialógica, a educação e as culturas compreendidas enquanto ações de inclusão social, e paridade de direitos históricos.

Foi possível compreender, deste modo, que a comunicação enquanto processo de inclusão, pode representar olhares inclusivos, como movimento que pode vir a transformar, no longo prazo e de maneira relevante, sociedades e posicionamentos já postos e teoricamente consolidados sob o ponto de vista da exploração histórica eurocêntrica, em detrimento dos povos originários nacionais, no contexto abordado.

A cidadania pode ser observada como um elemento fundamental, quanto vista em relação à valorização da extensão universitária e dialógica. Por meio da coletividade e do conhecimento a respeito destas culturas, caminhos possíveis podem ser trilhados para o desenvolvimento de processos que contemplem as diversidades.

Cientificamente e socialmente, pode-se observar que pesquisas correlatas tendem a crescer, neste sentido, contribuindo para a reflexão sobre o papel das instituições públicas de ensino, aproximando a sociedade de um processo que permita ações e práticas construtivas e plurais. Esta relação, que vai além dos muros das instituições, pode vir a democratizar as culturas e saberes populares, fortalecendo o protagonismo dos sujeitos; que passam a ser atores sociais, em um movimento que valoriza suas raízes, não apenas na paridade cultural, mas por meio de novos horizontes.

## **Referências**

- BARDIN, L. **Análise do Conteúdo**. São Paulo: Presses Universitaires de France, 2011.
- BORGHI, J. M. **Caminhos para a construção da interculturalidade**: a relação entre a extensão universitária e comunicação Pública no Neabi- IFPR. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (PPGCOM – UFPR), 2022.
- BRANDÃO, E. **Conceito de Comunicação Pública**. In: DUARTE, J. Comunicação Pública: Estado, governo mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública**. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, 2006, Brasília. Intercom, 2006. 1 v. Disponível em: Acesso em: 10 julho. 2020.

CANDAU, V. M. **Interculturalidade e educação escolar**. In: CANDAU, V. M. (Org.). Reinventar a escola. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CANDAU, V. M.. **Educação Intercultural e Cotidiano escolar** (Org.) Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

CASTELFRANCHI, J. **As serpentes e o bastão: tecnociência, neoliberalismo e inexorabilidade**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: SP, 2008a. Disponível em: . Acesso em: 18. Ago. 2021.

CASTELFRANCHI, Y. **Para além da tradução: o jornalismo científico crítico na teoria e na prática**. In: MASSARANI, L.; POLINO, C. (Org.). Los desafios e la evaluación del periodismo científico en iberoamerica: Jornadas Iberoamericanas sobre la Ciencia en los Medios Masivos. 2008. Disponível em: Acesso em: 20 ago. 2021.

DUARTE, J. (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**: São Paulo: Atlas, 2007.

DUARTE, M. Y. M. **Comunicação e cidadania**. In: DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

FLEURI, R. M. (org.). **Intercultura: estudos emergentes**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

FLEURI, R. M. **Educação intercultural: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais**. Perspectiva, Florianópolis, p.405-423, 2000.

FLEURI, R. M. Intercultura e educação. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2003, no. 23, p.16-35. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 12. julho.2020.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 40ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GAMBOA, S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **IX Jornada de Produção Científica da Educação Profissional e Tecnológica e VII Feira de Inovação Tecnológica do IFPR Campus Curitiba**. p.37. agosto 2019. Disponível em: < <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/11/Anais-JoCIF-e-IFTech-2019.pdf>>. Acesso em: 20. agosto. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas**. Curitiba, 2020. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/links/10-menu-principal/80-nucleos-de-estudos-afro-brasileiros-neabi>>. Acesso em: 30. Ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Regulamentação e implementação da curricularização da extensão**. Curitiba, 2021. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/instrucao-normativa-regulamenta-a-implementacao-da-curricularizacao-da-extensao-no-ifpr/>>. Acesso em: 30. ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Reitoria divulga relatório institucional do NEABI**. Curitiba, 2021. Disponível em:< <https://reitoria.ifpr.edu.br/neabi-do-ifpr-divulga-relatorio-institucional-de-atividades/>>. Acesso em: 20. Ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFPR (NEABI)**. Curitiba: 2020. Disponível em: <[https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?yPDs zXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK\\_Sh2SMdn1U-tzNvUoTLcCRUwFFo6dMWXAuRqKD-8qjbTzztRT-Agb8WpHI2VezX4Zrk7T4-\\_CK\\_gZTb56t8rK8y2FeQ8odl4Cs7](https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDs zXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzNvUoTLcCRUwFFo6dMWXAuRqKD-8qjbTzztRT-Agb8WpHI2VezX4Zrk7T4-_CK_gZTb56t8rK8y2FeQ8odl4Cs7)>. Acesso em 12. jun. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFPR)**. Curitiba, 26 de outubro de 2018. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI-2019-2023-Vers%C3%A3o-Final-241018.pdf> >. Acesso em: 15 jan. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Política de Comunicação**. Curitiba: 2013. Disponível em: < [http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/POLITICA\\_COM\\_2013-revis%C3%A3o-em-16.12.pdf](http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/POLITICA_COM_2013-revis%C3%A3o-em-16.12.pdf)>. Acesso em: 15. maio. 2020.

KOÇOUSKI, M. **Comunicação pública**: construindo um conceito. In: MATOS, H. (org.). Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MASSARANI, L. **Comunicação da ciência e apropriação social da ciência**: algumas reflexões sobre o caso do Brasil. Uni-pluri, 12, 92–100, 2012.

MASSARANI, L., MOREIRA, I. **Ciência e público**: Reflexões sobre o Brasil. Redes, 15(30), 105–124, 2009. MATO, D. Las iniciativas de los movimientos indígenas em educación superior: un aporte para la profundización de la democracia. Nueva Sociedad, Santiago, n. 227, p. 102-119, 2010.

MENDES, E. **Abordagem comunicativa intercultural (ACIN)**: uma proposta para ensinar e aprender língua no diálogo de culturas. 2004. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2004a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CEB nº 39. Brasília, 8 de dezembro de 2004. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos-sumulas-pareceres-e-resolucoes>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

SANTOS, E. M. **Abordagem Comunicativa Intercultural (ACIN)**: uma proposta para ensinar e aprender língua no diálogo de culturas. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SARTORELLO, S. **La Co-teorización Intercultural de un modelo educativo em Chiapas, México.** Equador: Abya Yala, 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA, Jorge;

TAPIA, Luís; WALSH, Catherine (eds.). **Construyendo interculturalidad crítica.** La Paz: IICAB, 2010. p. 75 – 96

WALSH, CATHERINE. **Interculturalidad, Estado, Sociedad:** Luchas (de) coloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones AbyaYala,: Quito, 2009.